

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Fux foi escolhido para o STF por Dilma Rousseff

In Fux, Lula doesn't trust

“In Fux we trust”. A frase, uma paródia daquela que consta nas notas de dólar (“In God we trust”, ou “Em Deus confiamos”) aparece nos vazamentos das conversas entre o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União-PR) com procuradores da Lava Jato. É frequentemente repetida diante das atuais mudanças de posicionamento de Fux no julgamento da chamada trama golpista.

Progressistas

Os “erros” seriam escolhas feitas pelos governos do PT de ministros tido como progressistas e que, com a independência conquistada na Suprema Corte após a escolha, acabam não agindo ali da forma como esses governos e o PT esperavam. Seria o caso de Fux agora.

Revisão

Ao votar agora pela absolvição do ex-presidente Jair Bolsonaro e os demais réus no julgamento, Fux faz uma revisão de posicionamento antes mais punitivista que tinha. Tanto que ele mesmo já tinha condenado centenas de outros réus menores envolvidos.

José Cruz/Agência Brasil



Lula tem mágoas de Dias Toffoli

Barbosa, Toffoli, os arrependimentos de Lula

Mas Lula se arrepende especialmente de alguns nomes que ele mesmo nomeou. Logo no início de seu primeiro governo, em 2003, ele pediu à sua assessoria que pesquisasse perfis de juristas negros. Queria nomear um afrodescendente à Suprema Corte. A escolha recaiu sobre Joaquim Barbosa. Que, depois, como relator

da ação penal do Mensalão, acabou condenando Paulo Pimenta (PT-RS) disse ter sido isso um “ato de pura crueldade”. A autorização saíra, reclamou na época o PT, sem tempo hábil de fato para que Lula sáísse de Curitiba e fosse a São Bernardo do Campo (SP) se despedir de seu irmão.

Vavá

Hoje, Lula, segundo pessoas próximas, não fala mais com Toffoli. Quando morreu em 2019 um dos irmãos de Lula, Genival, conhecido como Vavá, Toffoli presidia o STF. E autorizou que Lula deixasse a prisão para acompanhar o enterro quando faltavam somente dez minutos.

Messias

São essas situações, dizem pessoas próximas do presidente, que fazem com que ele agora, esculpado pelos episódios anteriores, esteja disposto a colocar na Corte pessoas que de forma alguma mais tarde venham a surpreendê-lo em suas decisões e comportamentos.

“Crueldade”

Na época, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) disse ter sido isso um “ato de pura crueldade”. A autorização saíra, reclamou na época o PT, sem tempo hábil de fato para que Lula sáísse de Curitiba e fosse a São Bernardo do Campo (SP) se despedir de seu irmão.

Pacheco

Foi assim com Cristiano Zanin e Flávio Dino. Rodrigo Pacheco (PSD-MG), preferido do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), não é assim alguém que Lula conheça tão profundamente. O nome só será ele se não houver condição para Messias.

Semana tem PL da adulteração de bebidas

Câmara deve discutir alternativas para rombo orçamentário

José Cruz/Agência Brasil



Motta se comprometeu a discutir alternativas às perdas com MP do IOF

Por Gabriela Gallo

A expectativa é que nesta semana o Congresso Nacional se debruce sobre alternativas para contingenciar gastos, devido ao rombo de R\$ 35 bilhões aos cofres públicos após o Congresso deixar caducar a Medida Provisória (MP) 1303/2025 que propunha alternativas para não aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A expectativa foi dada pelo próprio presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), na quinta-feira (23), após reuniões com os líderes. Contudo, ele não detalhou uma data tampouco os projetos em si que serão discutidos.

Segundo o Ministério da Fazenda devem ser apresentado um projeto de lei para reduzir benefícios fiscais e outro para aumentar a receita.

Outra expectativa para esta semana é que o senador Renan Calheiros (MDB-AL) deve apresentar o texto-base do projeto de lei que aumenta a isenção total do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais e amplia a isenção parcial do IR para quem ganha entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350 (PL 1087/2025). A medida foi anunciada na última semana após a quarta audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que também é presidida por Renan Calheiros. Vale destacar que, uma vez aprovado o relatório de Calheiros na CAE, o texto seguirá para o plenário da Casa.

Na última semana, Hugo

Motta, manifestou em suas redes sociais que nesta semana está confirmado que a Câmara pautará o projeto de lei que torna crime hediondo a falsificação e a adulteração de alimentos e bebidas (PL 2307/2007), que teve o regime de urgência (ou seja, permitindo que o projeto não precise passar nas demais comissões da Casa, acelerando a tramitação do projeto) aprovado no plenário no dia 2 deste mês.

Motta ainda declarou que, após os parlamentares aprovarem o regime de urgência para o projeto de lei que proíbe a cobrança de bagagens de mão em voos nacionais (PL 5041/2025), o tema também deve ser votado nesta semana. Ainda não há uma data firmada para os dois projetos serem

votados, mas segundo presidente da Câmara a proposta é “iniciar a próxima segunda-feira (27) com votações em plenário, num esforço concentrado até quinta-feira” (30).

CPMI

Nesta semana, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ouvirá o ex-diretor do INSS Alexandre Guimarães, nesta segunda-feira (27) a partir das 16h. Alexandre Guimarães foi nomeado diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS em 2021, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e atuou no cargo até 2023.

Reforma ministerial

Nesta quarta-feira (29), será a cerimônia de posse do novo ministro de Secretaria-Geral da Presidência da República, o até então deputado federal Guilherme Boulos (Psol-SP). A cerimônia está agendada para as 16h no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Boulos assume a Secretaria no lugar de Marcio Macedo.

Ao Correio da Manhã, a cientista política e especialista em Legislativo da BMJ Consultores Associados Letícia Mendes avalia que a linha de atuação de Guilherme Boulos à frente da Secretaria terá como objetivo central “construir uma aproximação com os movimentos sociais, a militância, uma ala mais ideológica, tendo em vista as eleições de 2026”.

Lula hoje poderia vencer no primeiro turno, diz pesquisa

Por Gabriela Gallo

Apesar dos altos índices de desaprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no começo do ano, a gestão aparenta ter revertido a situação. Segundo a Pesquisa Pulse Brasil Latam, realizada pelo instituto AtlasIntel, divulgada nesta sexta-feira (24), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conta com 51,2% de aprovação perante 48,1% de desaprovação e 0,6% de pessoas que não souberam responder.

A pesquisa, realizada entre os dias 15 de outubro e 19 de outubro, ouviu 14.063 pessoas, com mais de 16 anos. O levantamento tem 95% de aprovação e a margem de erro é de um ponto percentual, para mais ou para menos. Essa é a primeira vez que Lula apresenta um quadro positivo com aprovação de mais da metade da população, ainda em que pouco acima da metade.

Por outro, o levantamento ainda aponta uma polarização na gestão deste terceiro mandato de Lula. Segundo a Pesquisa, 48% dos entrevistados consideram o governo “ótimo/bom”, 47,2% consideram “ruim/péssimo” e 4,8% consideram “regular”.

Dentre os feitos do governo desde 2023, que enfrentaram mais desaprovação do que aprovação são: o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre certas operações, com 49% de desaprovação e 41% de aprovação; a cota de emprego para detentos em regime semiaberto/ex-de-



Ricardo Stuckert/PR

Sem Bolsonaro, Lula venceria no primeiro turno

tentos em licitações públicas, com 44% de desaprovação e 34% de aprovação; e o Imposto sobre compras de até US\$ 50 (cerca de R\$ 300) em sites no exterior (conhecido como “imposto das blusinhas”), com 57% de desaprovação e 33% de aprovação.

Em comparação ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), todos os setores questionados consideram melhor do que a gestão anterior. Porém, apresentaram níveis de polarização os setores de: impostos e carga fiscal (44% acham que está melhor e 46% acham que está pior), responsabilidade fiscal e controle de gastos (48% acham que está melhor e 46%

acham que piorou) e, principalmente, segurança pública (45% acham que melhorou e 44% avaliam que está pior).

Eleições

Em viagem à Indonésia, o presidente Lula confirmou que disputará sua reeleição na corrida eleitoral em 2026. A declaração foi realizada na madrugada da última quinta-feira (23). Confirmada sua candidatura, a pesquisa aponta que o petista, hoje venceria a disputa ainda no primeiro turno.

Em um primeiro cenário eleitoral, Lula venceria o primeiro turno com 51,3% das intenções de voto, seguido pelo governador de São Paulo, Tar-

císio de Freitas (Republicanos) em segundo lugar com 30,4% das intenções de voto.

Em um segundo cenário em que Tarcísio não disputasse a Presidência da República e focasse em sua reeleição para o governo de São Paulo, Lula venceria novamente no segundo turno com 51% das intenções de votos. Em segundo lugar ficaria a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, com 26,2% das intenções de voto. E em um terceiro cenário, sem Tarcísio e Michelle, Lula continuaria com 51% das intenções de voto e o segundo colocado na corrida presidencial seria o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil).

Bolsonaro

A vitória no primeiro turno considera que o ex-presidente Jair Bolsonaro não pode concorrer à presidência no próximo ano – ele foi condenado a oito anos de inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político e econômico nas comemorações do Bicentário da Independência, somadas às condenações de inelegibilidade pelos próximos 35 anos em função da condenação na ação penal do plano de tentativa de golpe de Estado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, a pesquisa questionou os entrevistados que, se os mesmos candidatos que disputaram em 2022 no primeiro turno concorressem ao cargo, em quem eles votariam atualmente. Lula ainda saiu na frente com 48,8% das intenções de voto e Bolsonaro em seguida, com 41,3% nas intenções de voto.